

GT-113

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

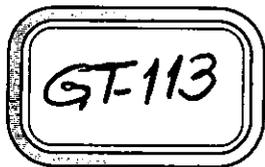
Departamento de Geografia

Trabalho de Licenciatura

Ordenamento do Território no Distrito Municipal da Catembe

Nome: Luísa Vanessa Teixeira Lopes

Maputo, Agosto de 2005



**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO DISTRITO MUNICIPAL
DA CATEMBE**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do grau de Licenciatura em Geografia, orientação em População,
Desenvolvimento e Ambiente da Universidade Eduardo Mondlane por **Luísa Vanessa
Teixeira Lopes**

Faculdade de letras e ciências sociais

Departamento de Geografia

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: **Prof. Doutor Manuel G. Mendes de Araújo**

Maputo, Agosto de 2005

O Júri

O Presidente

António Alberto

O Supervisor

Manuel G. Mendes de Araújo

O Oponente

[Assinatura]

24/10/2005

U.E.M. FL.C.S.
R. E. 3.0593
DATA 14 NOV 2005
AQUISIÇÃO alerta
COTA 67-118

DECLARAÇÃO

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e ela constitui o resultado da minha investigação pessoal”.

(Luísa Vanessa Teixeira Lopes)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a toda a minha família, em especial ao meu falecido irmão Fernando da Costa Teixeira Lopes.

AGRADECIMENTOS

O meu especial agradecimento é direccionado ao meu supervisor, Prof. Dr. Manuel G. Mendes de Araújo pela paciência e compreensão no acompanhamento do trabalho desde o projecto até a fase final. Agradeço-lhe também por me ter permitido a utilizar a sala de computadores do CEP para a digitação do meu trabalho.

O meu obrigado vai também à CENACARTA em nome dos meus amigos dr. António Miambo e Matsinhe, que me ajudaram na elaboração e impressão dos mapas apresentados deste estudo. Aos meus amigos, dr. Joaquim Salvador e Leonel Magaia, que fizeram a revisão linguística.

Agradeço igualmente aos meus colegas e amigos pela força.

ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CENACARTA – Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção

CEP – Centro de Estudos da População

CMCM – Conselho Municipal da Cidade de Maputo

CMLM – Conselho Municipal de Lourenço Marques

DCU – Direcção de Construção e Urbanização

DNA – Direcção Nacional de Águas

EDM – Electricidade de Moçambique

EN – Estrada Nacional

EP 1 – Ensino Primário do 1º Grau

EP 2 – Ensino Primário do 2º Grau

INE – Instituto Nacional de Estatística

INPF – Instituto Nacional de Planeamento Físico

MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

MINED – Ministério da Educação

PC – Primária Completa

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

GLOSSÁRIO

- Madjintes Termo usado pela população local como forma de designar os donos das empresas de pesca (patrões).
- Mbawo Bebida tradicional fabricada com farelo, arroz e açúcar.
- Ukanhi Bebida tradicional produzida através do canhu (fruto proveniente do canhueiro, que é uma espécie de vegetação nativa). O canhueiro é uma das espécies nativas mais predominantes do distrito municipal da Catembe.
- Xikadju Bebida produzida pelo caju (fruto proveniente do cajueiro).
- Xilalassani Bebida tradicional fabricada com ananás, arroz e açúcar.

RESUMO

O trabalho que ora se apresenta tem como objectivo principal analisar o actual ordenamento territorial no distrito municipal da Catembe, tendo em conta a expansão urbana que se tem verificado nos últimos tempos.

A metodologia seguida para a realização deste estudo consistiu na pesquisa bibliográfica e documental e num trabalho de campo, que consistiu na observação directa dos fenómenos e na realização de entrevistas semi-estruturadas a alguns informantes-chave da área de estudo.

O estudo mostra que o crescimento populacional e a falta de um plano de urbanização actualizado têm uma forte ligação com a ocupação desordenada do espaço urbano.

Esta dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo é constituído pela parte introdutória, onde são apresentados a introdução, a problematização, os pressupostos, os objectivos e a metodologia usada no trabalho. No segundo capítulo apresenta-se a revisão bibliográfica. No terceiro capítulo faz-se a caracterização da área de estudo, incluindo a localização geográfica, aspectos físico-naturais e demográficos, actividades económicas, comércio, infra-estruturas sociais, transportes e comunicações. O quarto capítulo aborda questões relacionadas aos serviços municipais, os mecanismos no que concerne a posse de terra e faz-se referência das formas de ocupação do espaço urbano. As conclusões são apresentadas no capítulo cinco.

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Índice de tabelas

Tabela 1. <i>Distribuição da população por bairros.....</i>	13
Tabela 2. <i>Estrutura etária e sexual do distrito municipal da Catembe.....</i>	16
Tabela 3. <i>Relação numérica de alunos, professores e salas.....</i>	23
Tabela 4. <i>Alfabetização.....</i>	23
Tabela 5. <i>Áreas segundo os diferentes tipos de uso do solo.....</i>	31

Índice de gráficos

Gráfico 1. <i>Distribuição da População por Bairros.....</i>	14
Gráfico 2. <i>Evolução da População de 1980 a 1997.....</i>	15
Gráfico 3. <i>Distribuição espacial da população por bairros.....</i>	16
Gráfico 4. <i>Estrutura da população do distrito municipal da Catembe por grupos etários e sexo.....</i>	17

ÍNDICE

Declaração	ii
Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Abreviaturas	v
Glossário	vi
Resumo	vii
Índice de tabelas e gráficos	viii

CAPÍTULO I

Introdução	1
1.1. O problema	2
1.2. Pressupostos	2
1.3. Objectivos	3
1.4. Metodologia	3

CAPÍTULO II

Revisão Bibliográfica	5
-----------------------------	---

CAPÍTULO III

Caracterização da Área de Estudo	
3.1. Localização Geográfica	11
3.2. Características Físico-naturais	12
3.3. Características Demográficas	13

3.4. Actividades Económicas	17
3.5. Comércio	19
3.6. Infra-estruturas Sociais	21
3.6.1. Rede Sanitária	21
3.6.2. Serviços de Educação	22
3.7. Saneamento Básico	24
3.8. Abastecimento de Água e Energia Eléctrica	24
3.9. Transportes e Comunicações	25
3.10. Áreas de Recreação	26

CAPÍTULO IV

Discussão dos Resultados

4.1. Serviços Municipais	27
4.2. Posse de Terra	28
4.3. Estrutura do Uso do Solo	30
4.4. Formas de Ocupação do Espaço	31
4.5. Densificação da Área Urbana Actual	32

CAPÍTULO V

Conclusão	34
Bibliografia	36
Anexos	38

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Sendo a Geografia uma ciência que permite observar, localizar, caracterizar e analisar os fenómenos no espaço, a sua importância é relevante no estudo do ordenamento.

O ordenamento de um território permite organizar o espaço urbano, de maneira que satisfaça as necessidades da população e mantém a cidade ou o território em bom funcionamento permitindo assim o seu desenvolvimento.

O centro urbano planeado é muitas vezes denominado de centro colonial e é geralmente bem servido de infra-estrutura e serviços urbanos. Ao seu redor desenvolveu-se um processo de urbanização predominantemente informal, onde se concentram assentamentos humanos com precárias condições de habitação. À medida que se afasta do centro em direcção à periferia, aumenta o número de famílias cuja actividade principal é a agricultura familiar e que vivem em casas tipicamente rurais, que o censo da população classificou como “palhotas”.

A ocorrência deste fenómeno é evidente não só pela predominância da ocupação desordenada do espaço (sem planeamento); densidade de ocupação residencial do solo muito elevada, o que dificulta a construção de vias de acesso adequadas; e ausência ou fraca disponibilidade de serviços básicos, em particular de água potável, electricidade e saneamento.

Neste contexto, torna-se necessário analisar como se manifestam os mecanismos de acesso e uso do solo urbano. Será ainda importante compreender o papel das estruturas locais no que concerne ao planeamento urbano no distrito municipal da Catembe.

1.1 O PROBLEMA

Araújo (1997), refere que a cidade se organiza no espaço de acordo com uma estrutura mais ou menos bem definida, resultante da interacção de factores diversos que variam ao longo do tempo. Esta estrutura, segundo o autor, confere-lhe uma forma que a caracteriza e que, a maior parte das vezes, reflecte os diferentes períodos e as inter-relações entre os factores do seu crescimento.

Alegando a procura de melhores condições de vida e bem-estar, a população tende a deslocar-se para os centros urbanos ou arredores, dependendo das suas condições financeiras e também do espaço disponível para ocupação.

Após o período da guerra civil, o distrito municipal da Catembe tornou-se num ponto atractivo para a população tanto de outros distritos urbanos da cidade de Maputo, como de outras províncias.

Esse processo de migração, leva a um aumento considerável da ocupação do solo aumentando a procura de espaços livres para habitação, o que faz com que essa população se fixe desordenadamente, visto que uma grande extensão da área de estudo não está ainda parcelada.

1.2 PRESSUPOSTOS

- Parte significativa da população envolvida no processo de expansão da Catembe tem a sua origem na cidade de Maputo e distrito de Matutuine;
- A inexistência de um plano director municipal actualizado contribui para a má gestão do solo urbano na área de estudo;
- A área desordenada é ocupada por uma parte da população nativa, tendo esta vendido as suas casas situadas na área ordenada, devido ao seu estado de conservação e da sua incapacidade financeira para restaurar as mesmas.

1.3 OBJECTIVOS

O presente estudo tem em vista produzir conhecimento no âmbito da análise do actual ordenamento do território no distrito municipal da Catembe, tendo em conta a sua localização geográfica, o seu enquadramento regional e o forte crescimento urbano de que a área de estudo tem sido alvo nos últimos anos.

Para atingir o objectivo geral procura-se atingir os seguintes objectivos específicos:

- Identificar os mecanismos de acesso, uso e ocupação do espaço urbano;
- Caracterizar os tipos de habitações existentes e as suas respectivas condições;
- Analisar as infra-estruturas sócio-económicas da área de estudo;
- Analisar o ordenamento de diversas áreas da Catembe;

1.4 METODOLOGIA

Com vista a alcançar os objectivos definidos, a execução do trabalho obedeceu os seguintes procedimentos metodológicos:

Na 1ª etapa foi feita uma revisão bibliográfica e preparação do trabalho de campo. Nesta fase foram feitas leituras minuciosas de modo a obter o quadro teórico sobre questões relacionadas com o planeamento e ordenamento urbano, crescimento da população urbana, assim como a caracterização da área de estudo. Foram consultadas obras e documentos nas bibliotecas do Centro de Estudos da População, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM, do conselho municipal da cidade de Maputo, no Instituto Nacional de Planeamento Físico e na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da UEM.

A 2ª etapa consistiu no trabalho de campo tendo sido efectuado através de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas usando guiões previamente elaborados, aplicadas aos residentes e estruturas da área de estudo, com vista a obter informação sobre as formas de ocupação e uso do solo, acesso às infra-estruturas sócio-económicas, as condições das habitações e da expansão urbana. Foram entrevistados 50 indivíduos, incluindo informantes chaves, tendo sido realizadas 10 para cada bairro e a selecção das casas e dos entrevistados foi aleatória. Para além das entrevistas, foi utilizado o método directo no qual permitiu a observação "in loco" dos problemas frequentes do planeamento urbano. O estado actual do ordenamento urbano da Catembe mostra-se através de fotografias tiradas durante esta fase.

A 3ª etapa baseou-se no método cartográfico, que permitiu a análise e elaboração de diversos mapas a partir de dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística usando como instrumento o Sistema de Informação Geográfica. O mapa de planeamento urbano e infra-estruturas sociais foi adquirido na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da UEM no programa Auto Cad.

CAPÍTULO II

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De acordo com Rigotti (1967), a cidade é uma associação de indivíduos formada com o objectivo de obter o bem-estar para as famílias de distintas classes sociais, respondendo a todas as exigências de uma vida que se baste a si mesma. Ainda segundo o mesmo autor, a cidade é o primeiro núcleo de atracção de comunidades vivendo uma vida colectiva. Contudo, hoje tem vindo a ser, pelo contrário, o principal elemento desagregador da vida colectiva (Idem, 1967).

Actualmente as cidades não podem ser planificadas considerando exclusivamente os seus limites físicos, isto é, *“todos os problemas do planeamento urbano, da habitação, do trabalho, do tráfego, etc., deverão ser observados a partir do âmbito mais vasto de toda a região”* (Departamento de Geografia, 1998).

Segundo Araújo (1997), a cidade ao desenvolver-se em torno do seu núcleo inicial, articula-se de forma diversa, em elementos de dimensão variável mais ou menos contínuos.

Durante a expansão da cidade, a ocupação do espaço é um facto que se traduz no terreno, simultaneamente pela implementação de um determinado tipo de construção e pela localização de certas actividades que podem ou não corresponder-lhe. Assim, a *“utilização do solo é uma resultante que exprime espacialmente um estado de equilíbrio momentâneo entre meio e a complexa acção humana, tanto a exercida desde a instalação do situ, como a que se faz sentir nos nossos dias”*, sendo assim é possível identificar diferentes tipos de construção para diferentes finalidades em espaços impróprios, como residências, serviços e comércio (Beaujeu-Garnier, 1997).

O crescimento descontrolado da população nas áreas urbanas e sobretudo nos seus arredores traduz-se em problemas de aproveitamento do solo, de tráfego, de abastecimento de água, de drenagem e ainda de saneamento. Enquanto os centros das

idades tornam-se habitados, nas zonas periféricas próximas da cidade regista-se, pelo contrário, um incremento constante da população (Mausbach, 1977).

A maioria dos países do mundo utiliza como critério único de classificação de sua população urbana: a unidade político-administrativa, tamanho de população ou governo local. Os restantes países utilizam combinações de dois ou mais critérios. Para as Nações Unidas o critério mais apropriado para classificar a população urbana é a "*comunidade local como um grupo de seres humanos que vive em proximidade e podem persistir apoiados numa base territorial*". Em Moçambique classifica-se como urbanas as unidades político-administrativa como cidades e vilas (Araújo, 2001).

Na sua obra intitulada "*Geografia Urbana*", Beaujeu-Garnier refere que "*a população urbana revela algumas características originais, a maioria das quais está ligada ao processo de crescimento que, por seu turno, se apoia em dois factos: crescimento natural e o crescimento migratório*". Segundo o mesmo autor, cada uma dessas componentes é privilegiada de acordo com a atracção que exerce tanto no campo assim como na cidade, e também no comportamento demográfico dos cidadãos (Beaujeu-Garnier, 1997).

De acordo com Alcioly & Davidson (1998), a densidade é um dos indicadores de desenho urbano mais importantes a ser utilizado no processo de planeamento e gestão de assentamentos humanos e serve como um instrumento de apoio à formulação e tomada de decisão por parte dos planeadores urbanos, arquitectos e engenheiros na formalização e decisão da forma e extensão de uma determinada área da cidade.

O planeamento pode ser considerado como uma forma de pensar e entender os problemas de carácter social e económico perspectivando o futuro e prestando particular atenção à relação que se estabelece entre os objectivos, a tomada de decisões e as diferentes motivações que conduzem ao entendimento das políticas e dos programas que devem ser seguidos. Neste sentido, planear surge da "*necessidade de controlar as alterações humanas que, utilizando capital e recursos, não podem ser apenas determinadas pelo mercado*" (Departamento de Geografia, 1998). Segundo a mesma fonte o planeamento

visa a melhoria do uso do espaço, a gestão dos recursos disponíveis e a melhoria da qualidade do sector social e do ambiente.

Rigotti (1967), na sua obra "*Urbanismo: La Composicion*", refere que o plano de ordenamento não é um elemento estático, destinado a permanecer fixo e imutável, rígido como uma cristalização, senão dinâmico, e deve ter em si mesmo as possibilidades necessárias para desenvolver-se e modelar-se em harmonia com as forças evolutivas do conjunto para o qual tem sido criado.

De acordo com Departamento de Geografia (1998), o ordenamento prevê uma atitude de uso racional dos recursos naturais dando prioridade à distribuição das classes de uso do solo.

O plano regulador de um território ou de uma cidade permite a organização urbana na sua parte mais dinâmica, que é aquela que se refere à possibilidade de plasmar o dito plano regulador de maneira que satisfaça as necessidades reais de uma comunidade e, ao mesmo tempo, dê as normas e orientações que guiem tais necessidades, coordenando-as ao objecto de manter a cidade ou o território em bom funcionamento e permitir seu desenvolvimento no tempo (Rigotti, 1967).

O planeamento urbano refere-se a todas as reflexões e medidas destinadas ao ordenamento de vastas áreas relativamente ao aproveitamento do solo, ou por outra, é uma planificação detalhada a curto prazo (Mausbach, 1977). Segundo o mesmo autor, as causas dos problemas urbanos, muitas vezes irremediáveis actualmente, provêm da ausência de um planeamento a longo prazo.

Segundo Gomes (1985), o planeamento urbanístico assumiu nas sociedades modernas uma importância vital pois, por um lado, sendo o solo um bem que já se deixou de fabricar, é necessário disciplinar adequadamente a sua utilização, por outro, o direito à habitação impõe a existência e execução de planos de urbanização capazes de prever as necessidades de um "habitat" equilibrado e verdadeiramente humanizado.

O plano de urbanização é um instrumento de programação e da gestão urbanística que visa disciplinar a ocupação, uso, transformação e desenvolvimento do território, segundo as exigências actuais e futuras da vida económica social da estética, da higiene e de viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes (Gomes, 1985).

O conceito de plano geral de ordenamento urbanístico teve a sua importância a partir da altura em que o desenvolvimento industrial influenciou nos países mudanças demográficas e económicas (Mausbach, 1977).

Araújo (1997), refere que *"a transição urbana nos países desenvolvidos fez com que a população assalariada expandisse, tendo provocado um aumento no consumo e um crescimento de mercados urbanos para os produtos industriais, o que não acontece com os países subdesenvolvidos, uma vez que este apresenta características demográficas, estando a provocar uma enorme expansão de novos residentes urbanos sem emprego que vão engrossar o sector informal. Nestas condições o consumo não aumenta, porque o poder de compra da população é baixo e os mercados urbanos não se desenvolvem porque não há uma indústria para os abastecer"*. Sendo assim, o crescimento da população urbana nos países em vias de desenvolvimento não tem sido acompanhado pelo mesmo desenvolvimento económico que foi experimentado pelos países desenvolvidos durante o século XIX.

Em termos históricos, a urbanização em qualquer escala é essencialmente recente, uma característica dos últimos 100 e 50 anos. Foi estimado que antes do início do século XIX, somente 3% da população mundial vivia nas cidades e actualmente chega a atingir 40%. A população mundial aumentou 3 vezes entre os anos 1950 e 1970 e a população urbana aumentou 30 vezes. Entre 1950 e 1970 a população urbana mundial elevou de 28,2 % para 38,6 % (Carter, 1981).

Muanamoha¹, citado por Araújo (2001) refere que, “desde a década de 70, Moçambique vem experimentando uma acelerada urbanização. A proporção da população urbana passou de 8,5% para 13,2% de 1970 a 1980, chegando a atingir os 20,5% em 1991. O crescimento da população urbana foi na ordem de 8,3% ao ano, no período 1970-1980 e 6,1% no período 1980-1991. Estas taxas, comparadas com as do crescimento da população total das duas décadas (3,6% e 1,9%), explicam a grande intensidade com que se desenvolve o processo da urbanização em Moçambique”.

No seu estudo sobre a área metropolitana de Maputo, o INPF (1999), indica o crescimento desordenado deste centro urbano, aliado à disponibilidade de terrenos economicamente acessíveis e “desocupados” na periferia urbana, como sendo os aspectos que actualmente representam a preocupação predominante dos órgãos de planeamento habitacional da cidade.

O plano de urbanização de Lourenço Marques de 1970 procurava modificar as normas e técnicas administrativas e legais que regem a gestão dos solos urbanos, de forma a evitar a expansão habitacional descontrolada em áreas desprovidas de infra-estruturas, criando uma demanda de serviços em locais pouco adequados. Como forma de evitar esse fenómeno o plano propunha a constituição de reservas antecipadas para a expansão urbana, a serem administradas pelo governo local e definiu a área da Catembe como uma futura “Feira”, por se reunir ali um conjunto de condições difíceis de encontrar noutra sector da cidade, tais como: ampla superfície, ainda livre de ocupação humana; proximidade de centros urbanos existentes e previsíveis; vizinhança de áreas verdes e zonas de água; bom serviço de acessos quando o esquema urbano tiver atingido fase adiantada de desenvolvimento; boas condições topográficas locais; ausência de condicionamentos provocados pela ocupação das áreas vizinhas e facilidade de as ordenar em função das instalações que se projectam (CMLM, 1970).

¹ MUANAMOHA, R. C. (1996). “Importância dos Dados Censitários no Estudo do Processo de Redistribuição Espacial da População em Moçambique”. *Gazeta Demográfica*, nº 9, Julho.

Por seu turno, o plano de estrutura de 1985 pretendia “guiar” o crescimento da cidade, dando linhas gerais para a expansão urbana e identificando áreas a serem reservas para usos especiais. Propunha também normas de urbanização para a cidade de Maputo, definindo condições para a ocupação do solo e reservando áreas significativas à habitação e a expansão da actividade produtiva, equipamentos urbanos e infra-estruturas (INPF, 1999).

Actualmente, o processo de urbanização constitui um dos potenciais problemas que entravam o desenvolvimento, que, de acordo com Araújo (1997), *“o problema fundamental reside no facto de a população urbana crescer muito rapidamente, enquanto o desenvolvimento e as transformações económicas necessárias para suportar aquele e melhorar a qualidade de vida urbana não ocorrem ao mesmo ritmo, criando-se assim um desfasamento pronunciado entre dois elementos que deveriam crescer em paralelo e a velocidades semelhantes”*.

A falta de uma gestão racional do uso do solo condiciona o aparecimento de construções no espaço de acordo com interesses pessoais, sem considerar a existência de planos de urbanização e os perigos que em termos estéticos e ambientais podem surgir (Vale, 2000). De acordo com a mesma autora, após a independência nacional, o planeamento urbano e a gestão urbana têm enfrentado dificuldades tanto ao nível dos recursos humanos, como ao nível dos recursos económicos para o efeito.

Os centros urbanos em Moçambique apresentam uma estrutura do tipo colonial em que a área de cimento encontra-se ordenada e caracteriza-se pela existência de infra-estruturas básicas, e as áreas rurais e peri-urbanas caracterizam-se por uma grande carência dessas infra-estruturas que servem de apoio à população (MICOA, 1996).

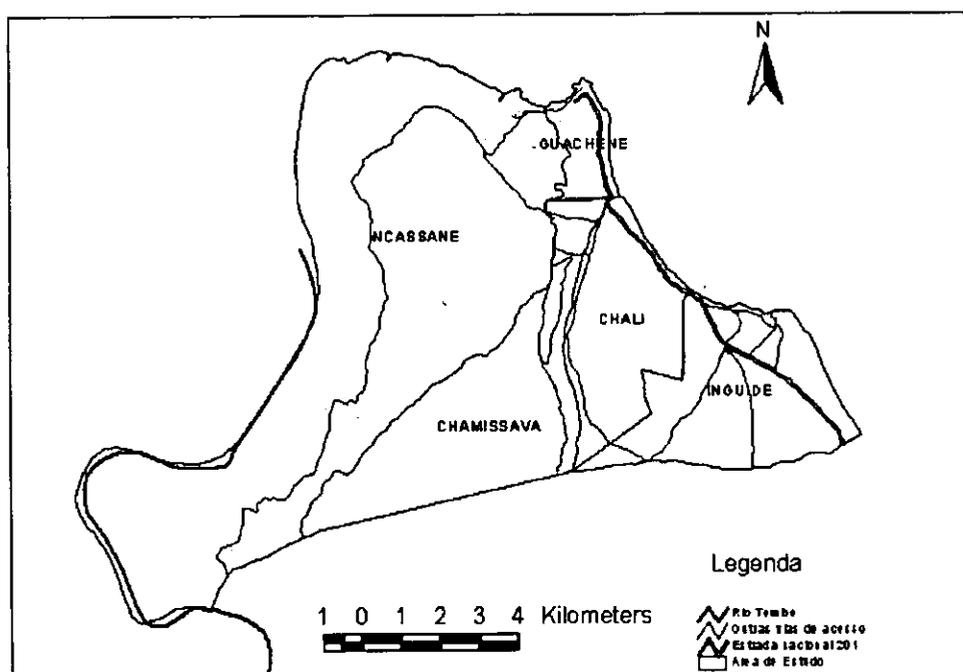
CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 Localização Geográfica

A área de estudo localiza-se entre a latitude 25°30'15" Sul e longitude 32°15'00" Este (MINED, 1986). Situa-se na margem Sul da baía de Maputo em frente à área central da cidade Maputo. Esta baía é alimentada pelos rios Tembe, Incomáti, Umbelúzi e Matola, que por sua vez transportam sedimentos variados e formam solos aluvionares nas suas margens e em algumas parcelas, pântanos caracterizados por uma densa cobertura vegetal (Muchangos, 1994).

O distrito municipal da Catembe é limitado a Leste, pelo Oceano Índico, através da baía de Maputo e Oeste, pelo rio Tembe. O estuário Espírito Santo representa a linha divisória entre a área de estudo e o centro da Cidade de Maputo, localizada a Norte. A Sul, a Catembe é limitada pelo distrito de Matutuine (CMCM, 2001). Administrativamente Catembe é constituído por 5 bairros, nomeadamente: Chali, Chamissava, Guachene, Incassane e Inguide.



De salientar que nas estatísticas oficiais o distrito tem 5 bairros, porém localmente se está a constituir um sexto bairro denominado Joice, que resultará da subdivisão do bairro de Incassane (CMCM, 2001).

A área de estudo apresenta uma das principais terminais marítimas mais importantes (Travessia da Catembe), funcionando como elo de ligação entre a cidade de Maputo, Catembe e todo o sul do país. O acesso ao distrito municipal da Catembe é facilitado através do "Ferry-boat" e pequenas embarcações, e a via terrestre que passa pelo distrito de Boane, sendo a mais usual a primeira, pois a distância é curta e as vias de acesso são melhoradas comparando com a segunda via.

3.2 Características físico-naturais

O distrito municipal da Catembe é atravessado por dois principais rios: Rio Khompse no sentido S-N e Rio Tembe na parte N-W no mesmo sentido e direcção, ambos desaguam na baía de Maputo (CMCM, 2001).

A baía de Maputo constitui uma parte importante da paisagem da área de estudo e arredores. O mar exerce uma grande influência sobre o clima, sobre numerosos processos morfológicos e biológicos e desempenha um papel primordial na utilização social (Muchangos, 1994).

Devido à sua situação geográfica nas cercanias o paralelo de 26° Sul, a Província de Maputo e arredores é marcado por um clima tropical húmido com chuvas predominantemente na época quente (Muchangos, 1994).

Na área de estudo predominam agrupamentos de solos arenosos amarelados, com características dominantes de areia castanha amarela, solos muito profundos. Outros agrupamentos de solos são os de aluviões turvos e de sedimentos marino-estuarinos. Estes apresentam as seguintes características: são solos turvos, cinzentos, muito escuros e

profundos, frequentemente saturados. Os solos apresentam uma baixa fertilidade e baixa capacidade de retenção de água (Idem, 1994).

As características hidrogeológicas da área não são muito favoráveis para o aproveitamento das águas subterrâneas, excepto em alguns vales aluvionares, na faixa dunar e na região dos aquíferos profundos. As áreas com aquíferos locais (inter granulares ou fissurados) são de produtividade limitada ou áreas sem água subterrânea significativa onde há ocorrência de areias médias a muito finas, argilosas, de origem eólica e/ou marinha (Ferro B. & Bouman D., 1987). Segundo o mesmo autor a área de estudo pertence à bacia sedimentar de Moçambique a sul do Save onde predominam faixas de dunas recentes.

A faixa dunar desenvolve-se ao longo de toda a costa a Sul do rio Save. As areias eólicas porosas dão origem a um aquífero livre regional contendo água doce. A permeabilidade diminui da costa para o interior, em consequência do aumento do teor de argila nas areias. Essas dunas são formadas por areias de grão médio a grosseiras desprovidas de argila (Idem, 1987).

A vegetação no litoral é de mangal e estepes, no interior encontram-se sebes vivas em terras outrora cultivadas, mata com presença de árvores nativas isoladas que albergam algumas espécies de aves, répteis e roedores (CMCM, 2001).

Nas águas do litoral há a presença de ervas marinhas, onde se desenvolve uma fauna de peixes pelágicos e mariscos com grande valor comercial com destaque para o camarão, caranguejo e lagosta (Idem, 2001).

3.3 Características demográficas

De acordo com o IIRGP de 1997, o distrito urbano da Catembe possui uma população total de 15.853 habitantes. Deste conjunto, 52,3% são do sexo feminino, o que corresponde a uma razão de sexo de 91 homens por 100 mulheres.

Tabela 1: Distribuição da população por bairros

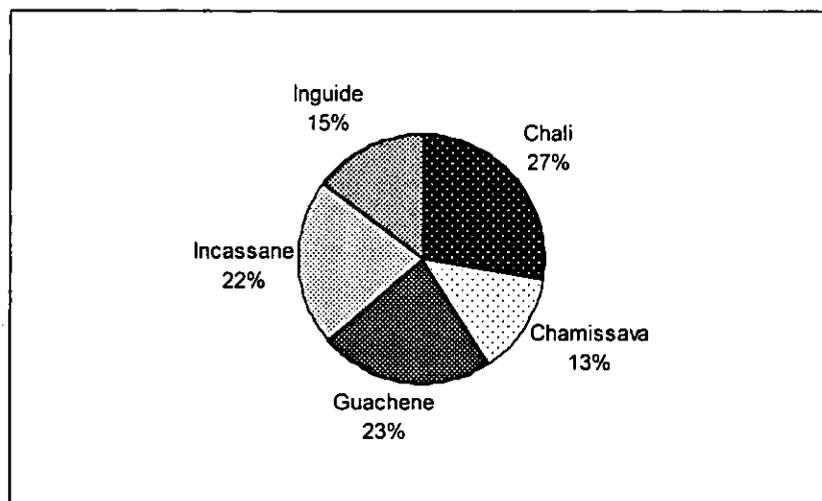
Bairros	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
Chali	4 425	27	2 094	47,3	2 331	52,7
Chamissava	2 064	13	952	46,1	1 112	53,9
Guachene	3 583	23	1 814	50,6	1 769	49,4
Incassane	3 419	22	1 637	47,9	1 782	52,1
Inguide	2 362	15	1 061	44,9	1 301	55,1
Total	15 853	100	7 558	-	8 295	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IIRGPH/97.

A partir dos dados apresentados na tabela 1, pode-se observar que o bairro mais populoso é o Chali com cerca de 27% do total da população residente na área de estudo, sendo este constituído maioritariamente por mulheres (52,7%) contra 47,3% correspondente à população masculina; seguido do Guachene com 23%, onde é possível ver que o efectivo masculino é superior (50,6%) em relação à população feminina (49,4%). Esta situação explica-se pelo facto do bairro Guachene ser uma área onde a actividade principal é a pesca que é praticada pela população masculina, enquanto que nos restantes bairros se pratica essencialmente a agricultura, por mulheres.

Há que destacar que o bairro menos populoso, segundo o IIRGP de 1997, é o de Chamissava com 13% da população total. Pressupõe-se que a população deste bairro tenha aumentado consideravelmente devido à problemática das cheias de 2000 que assolaram o país, uma vez que grande parte da população vítima dessa catástrofe foi alojada no bairro em questão, onde surgiu uma pequena aldeia. Este bairro ocupa a maior extensão territorial estando neste momento a observar-se uma subdivisão em dois bairros; o de Chamissava e o de Joice.

Gráfico 1. Distribuição da População por Bairros

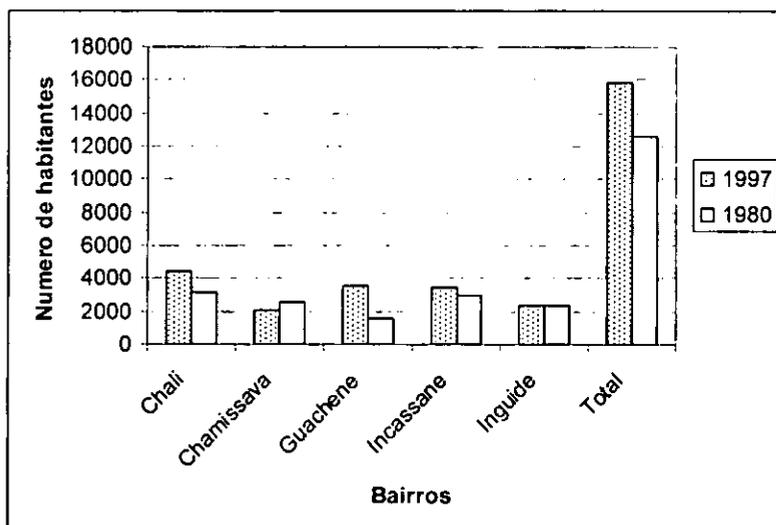


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo de 1997.

Segundo o Censo de 1980, a população da área de estudo era de 12 636 onde o bairro Chali era o local com maior número de habitantes. Confrontando com os dados do Censo de 1997 apresentados no gráf.2, pode-se notar que a população aumentou consideravelmente, e principalmente no bairro Chali que é onde se pode encontrar características urbanas bem definidas (tais como: estradas bem delineadas, infra-estruturas administrativas, sociais e outras infra-estruturas) e funciona como o ombro do distrito urbano da Catembe. O mesmo acontece em Guachene que é o segundo bairro no qual existem algumas infra-estruturas municipais e durante a guerra, albergou alguma população, porque não eram frequentes os massacres.

No bairro Inguide a população manteve-se e em Incassane cresceu ligeiramente porque apesar de se localizarem no interior da Catembe, que eram áreas de grande risco, existe em cada bairro um quartel (o da Vila da Marinha em Incassane e o de Djidjidji, situado no bairro de Inguide) que providenciava protecção nesses bairros. No bairro de Chamissava houve uma redução do efectivo populacional, pois para além de se situar no interior não dispunha de nenhuma protecção.

Gráfico 2. *Evolução da População de 1980 a 1997*



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo de 1980 e 1997.

Na tabela 2 pode-se visualizar a estrutura etária e sexual da população do distrito municipal da Catembe, sendo claro que grande parte da população é constituída por jovens de mais de 15 anos, que correspondem a 52,9 % do total da população. O número de mulheres é superior em quase todos os grupos etários, em particular nos de 15-64 anos. Isto pode estar ligado à emigração masculina nas idades de trabalhar para África do Sul e Suazilândia e também à esperança de vida entre os homens

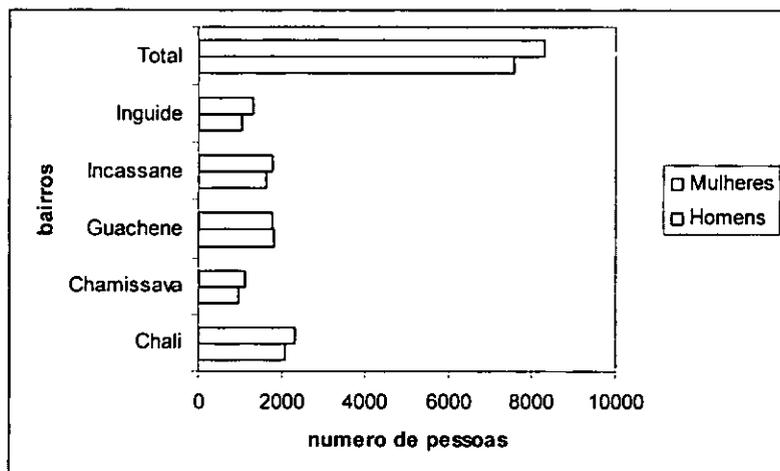
Tabela 2. *Estrutura etária e sexual do distrito municipal da Catembe*

Pop/sexo	Nº total	%	0 – 14 anos	%	15 – 64 anos	%	65+ anos	%
Homens	7 558	47,7	3 432	21,6	3 837	24,2	289	1,8
Mulheres	8 295	52,3	3 300	20,8	4 549	28,7	446	2,8
Total	15 853	100	6 732	42,4	8 386	52,9	735	4,6

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo de 1997.

No gráfico 2 mostra-se a distribuição espacial da população por sexo, na área de estudo por bairro. Quase todos os bairros, o efectivo feminino é superior em relação ao masculino; excepto o bairro de Guachene onde a população masculina é ligeiramente superior (50,6%).

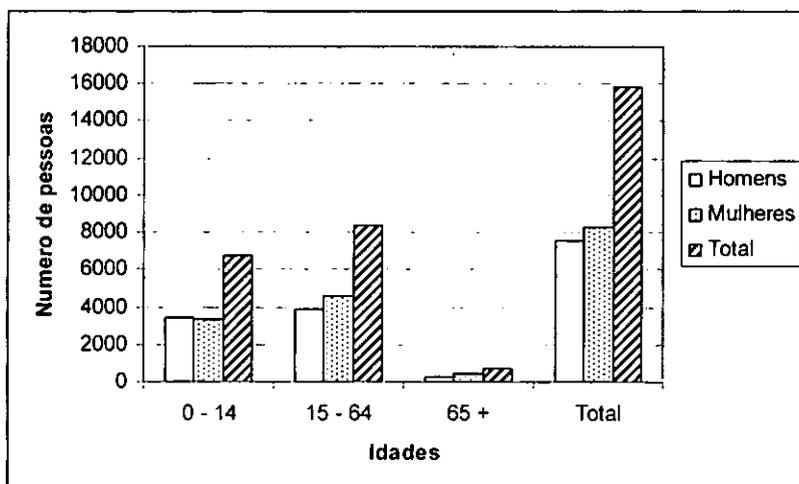
Gráfico 3. Distribuição espacial da população por bairros



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo de 1997.

O gráfico 3 mostra a estrutura etária e sexual da população do distrito municipal em estudo, no qual se pode observar que a população dependente dos 0 aos 14 anos e dos 65 +, constitui 47% do total da população da área de estudo. Os homens correspondem a 47,7 % e as mulheres a 52,3 % do total da população.

Gráfico 4. Estrutura da população do distrito municipal da Catembe por grupos etários e sexo



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo de 1997.

3.4 Actividades económicas

A actividade agrícola na área de estudo é caracterizada por ser praticada em moldes tradicionais e ser essencialmente de subsistência, o que, segundo ACNUR/PNUD (1997), não garante a segurança alimentar, ou seja, não suporta a alimentação das famílias por um período longo. Isto deve-se ao facto de ser uma área costeira e, por conseguinte, grande parte dos seus solos serem arenosos e franco arenosos, apresentando uma fertilidade muito baixa e uma fraca capacidade de retenção de água, o que se reflecte nos baixos rendimentos agrícolas.

Em algumas famílias, esta actividade é praticada para aumentar o rendimento, uma vez que o chefe do agregado familiar tem o seu emprego na cidade de Maputo e arredores, factor que faz com que esta actividade seja inteiramente praticada por mulheres domésticas ou chefes de agregados familiares desempregados.

A agricultura familiar depende do regime de precipitações para as sementeiras, praticando-se também o pousio e as queimadas. Os utensílios utilizados nas tarefas agrícolas são rudimentares. A actividade agrícola baseia-se no cultivo de várias culturas como batata-doce, milho, amendoim, mandioca, feijão verde e nhemba, hortaliças e fruteiras.

A pecuária é também uma actividade importante neste distrito urbano devido a existência de grandes superfícies de pastagem. A criação de gado bovino, pertencente ao sector familiar e privado, é feita no interior dos bairros Incassane, Chamissava, Chali e Inguide. No sector familiar dedica-se também à criação de pequenas espécies domésticas como cabritos, porcos e aves de capoeira. Estas espécies são criadas ao redor do espaço residencial, em que algumas são comercializadas e outras para o consumo.

Por ser uma área costeira, a pesca é também uma das principais actividades à qual a população se dedica. Existe dois tipos de pesca: semi-industrial e artesanal. A primeira é desenvolvida pela população do bairro de Guachene e seus arredores trabalhando para um

grupo de canecos goeses, residentes no bairro do Guachene, localmente designados por *MADJINTES*. A outra, a artesanal, é praticada por jovens do bairro do Guachene, que se organizam em grupos, e também por alguns moradores do bairro Inguide. De acordo com entrevistas feitas aos pescadores da área de estudo, as técnicas usadas são: linha ou redes de malha meio fina que lançam na baía a uma distância não superior a 50 m da linha de costa, e pequenas embarcações com 2 ou 3 tripulantes cada, sendo esta virada tanto para auto-sustento assim como para o comércio. São capturadas espécies como garoupa, peixe-pedra, magumba, raias, e outras.

Os compradores do pescado, constituído maioritariamente por mulheres, ficam à espera de algumas embarcações (de pesca artesanal) à beira da praia. Por seu turno, após a compra do produto pesqueiro, revendem – no na entrada do cais-cabotagem em pequenas barracas e na cidade de Maputo, onde o pescado é agrupado em molhos, cujo preço depende da quantidade, qualidade e tamanho.

As outras embarcações (de pesca semi-industrial) comercializam o pescado no porto da cidade de Maputo, no hotel local (Gallery Hotel) e restaurantes locais (Diogo, Retiro da Catembe e outros) e nas suas residências. Estas embarcações estão especializadas para a captura do camarão, não deixando porém de capturar diversas espécies de peixe.

Uma outra actividade desenvolvida pelos habitantes (principalmente pelos nativos) é o fabrico e venda de bebidas tradicionais, como: “*Ukanhi*” (no interior dos bairros Chali, Inguide e Incassane, que é onde predomina o canhueiro), “*Xikadju*” (no interior dos bairros Inguide e Incassane), “*Tontonto*”, “*Xilalassani*” e “*Mbawo*”.

Os maiores consumidores destas bebidas são os pescadores e os visitantes provenientes da Cidade de Maputo. As bebidas, como o caso do *Ukanhi* e *Xikadju*, por vezes são ofertadas pelas famílias que a produzem, e incluindo outras são também comercializadas no mercado local.

3.5 Comércio

Este sector não se encontra igualmente distribuído na área em estudo. A maioria dos estabelecimentos comerciais está localizada no bairro do Guachene (na entrada do distrito). Nos outros bairros existem apenas barracas (algumas agrupadas e outras dispersas) e pequenas bancas, onde os preços praticados são ligeiramente elevados, se comparados à área comercial.

Existe um mercado municipal, que se localiza no bairro Guachene e está em reabilitação. Este mercado abastece maioritariamente os residentes do bairro Guachene, e uma minoria dos outros bairros, e estes são abastecidos por barracas e pequenas bancas ao longo das esquinas.

O mercado terá uma capacidade para mais de 50 vendedores, sendo na sua maioria mulheres que são esposas e algumas são chefes de família. Existem também vendedores ambulantes que circulam na área comercial provenientes da cidade de Maputo e de diversos bairros da Catembe. Os produtos vendidos no mercado e ao redor, como pôde ser constatado no terreno, vão desde hortícolas e frutas, peixe, carvão, vestuário, assim como alguns produtos alimentares processados, tais como massas, pão, sabão, refrigerantes, bebidas tradicionais e outras bebidas.

Nos locais onde comercializam esses produtos, é feita a limpeza com uma certa regularidade pelos vendedores e às vezes pelo conselho municipal, o que se traduz na boa apresentação desses locais. No entanto, não existem sanitários públicos. Todos os vendedores têm de pagar uma taxa conforme a sua situação.

A venda de excedentes agrícolas, bem como do pescado capturado na Baía de Maputo, não constitui dificuldade na área comercial (bairro do Guachene), devido à procura por parte dos turistas e residentes temporários e da própria população local. Os turistas e os residentes temporários, quando se deslocam à Catembe, procuram abastecer-se antes de outros produtos com receio de, à chegada, não encontrarem o que precisam. O mercado

local apresenta deficiências na oferta de determinados produtos, tanto na sua qualidade, assim como em quantidade; esses produtos são consumidos apenas pela população local.

Por outro lado, sendo os residentes temporários ou turistas potenciais consumidores, ao chegarem abastecidos deixam de se servir do que existe no mercado local. Sendo assim, a máquina mercantil defende-se comprando apenas o estritamente necessário às necessidades da população local, precavendo-se da acumulação de stocks inúteis de produtos comercializados sazonalmente. Assim, numa perspectiva de desenvolvimento do turismo, quer a médio, quer a longo prazo, torna-se necessário reestruturar o sector mercantil, de forma a poder garantir uma oferta mais diversificada e com maior qualidade, quer aos turistas, quer aos operadores de turismo e vendedores de serviços afins, estimulando a compra dos bens essenciais no mercado local.

Contudo, grande parte da população local desloca-se até aos mercados da Cidade de Maputo, para o seu abastecimento, pois a nível do distrito os preços dos produtos são elevados e, como foi referido, a oferta não é quantitativa e qualitativamente regular.

O comércio informal é uma realidade na área de estudo. Este ajuda os residentes do distrito em produtos de primeira necessidade que não conseguem produzir ou, se produzem, não é suficiente para satisfazer as suas necessidades. Os produtos comercializados são provenientes dos diversos mercados da Cidade de Maputo (Fajardo e Xipamanine, principalmente). Esta actividade é praticada em redor das casas, ou seja, a pequena barraca está localizada em frente à casa principal ou garagem. São comercializados produtos como: cebola, tomate, hortícola, sal, açúcar óleo, sabão e outros produtos de primeira necessidade.

3.6 Infra-estruturas sociais

3.6.1 Rede sanitária

Sendo a saúde um factor fundamental no processo de desenvolvimento, que possibilita um bom desempenho das actividades humanas, sócio-económicas e culturais, ela

constitui uma das preocupações básicas das estruturas políticas administrativas da área em estudo.

Actualmente, o distrito da Catembe conta com 2 unidades sanitárias em funcionamento (1 centro de saúde e 1 posto de saúde) e 1 com a categoria de posto de saúde que se encontra encerrado devido a falta de medicamentos.

O centro de saúde localiza-se no limite dos bairros Chali e Inguide e está neste momento em reabilitação. Este dispõe de 1 maternidade, 1 farmácia, 1 morgue e quartos de internamento. Estão ao serviço da saúde cerca de 20 funcionários, sendo 1 médico que aparece 2 vezes por semana (segunda e sexta feira) e os restantes de outras especialidades entre enfermeiros, técnicos, parteiras e serventes. Existe de momento uma ambulância.

Na área em estudo não existem farmácias privadas, tendo a população que se deslocar à cidade de Maputo para adquirir medicamentos não disponíveis nas unidades sanitárias locais. O posto de saúde localiza-se no bairro Incassane e dispõe de 1 farmácia. Estão em serviço cerca de 10 funcionários, dispondo de enfermeiros, técnicos e serventes.

3.6.2 Serviços de educação

O desenvolvimento de qualquer sector de actividade requer pessoal instruído, qualificado e especializado que possa desempenhar as respectivas tarefas com conhecimentos científicos adequados. Tal facto requer inevitavelmente infra-estruturas e um quadro de pessoal educacional competentes e devidamente apetrechados. O sector de educação é um dos mais sensíveis, pelo facto de a maior parte da população do distrito em estudo ser jovem e em idade escolar. O sector apresenta alguns problemas relacionados com a qualidade das infra-estruturas e dos serviços que oferece os moldes do seu funcionamento.

A rede escolar no distrito municipal da Catembe é constituída por 4 escolas do EP1, com o total de 1422 alunos agrupados em 28 turmas das quais 1 funciona ao ar livre, assistidos

por um total de 25 professores. O EP2 diurno conta com 4 escolas, com um total de 3404 alunos agrupados em 62 turmas e leccionados por um total de 62 professores. O EP2 do curso nocturno funciona em 1 escola com um total de 407 alunos agrupados em 10 turmas e assistidos por um total de 14 professores. A nível do Ensino Secundário Geral do 1º ciclo, que lecciona da 8ª a 10ª classe, funciona em 1 escola com um total de 506 alunos agrupados em 12 turmas, assistidos por um total de 22 professores. Existe também uma Escola Comercial, que dispõe de 10 salas e tem um total de 338 alunos agrupados em 20 turmas, assistidos por um total de 21 professores (Direcção Distrital de Educação da Catembe, 2005).

Tabela 3. Relação numérica de alunos, professores e salas

Escola	Nº de alunos		Nº de professores		Nº de salas
	Diurno	Nocturno	Diurno	Nocturno	
Secundária da Catembe	506	-	22	-	6
Comercial da Catembe	338	-	21	-	10
PC* da Catembe	757	-	14	-	7
PC Saúl Filipe Tembe	1105	407	19	14	10
PC Vila da Marinha	807	-	14	-	6
PC Lewi Pethrus	735	-	15	-	8
Primária de Chamissava	484	-	9	-	4
Primária de Guachene	565	-	10	-	5
Primária 10 de Junho	330	-	5	-	3
Primária Mutsekua	43	-	1	-	2

Fonte: Direcção Distrital de Educação da Catembe, 2005.

*Primária completa

Para além do ensino primário, secundário e comercial, existem na área de estudo centros de alfabetização que são leccionados no período nocturno em algumas escola acima mencionadas.

Tabela 4. Alfabetização

Centro	Nº de Alfabetizandos	Nº de Professores	Nº de Salas
PC da Catembe	119	4	7
10 de Junho	35	1	3
PC Vila da Marinha	72	3	6
Nª Sª das Mercês	61	2	1

Fonte: Direcção Distrital de Educação da Catembe, 2005.

Este sector educacional é frequentado maioritariamente por adultos nas idades compreendidas entre 25 e 40, onde a maior parte são mulheres.

3.7 Saneamento básico

Ao nível do saneamento básico, esta urbe não tem sanitários públicos, mesmo no próprio mercado, o que faz com que a população que circula nas ruas (turistas e residentes) e trabalha no mercado seja obrigada a fazer as suas necessidades biológicas onde calha, inclusive perto das fontes de água ou até mesmo na praia.

O distrito está desprovido duma lixeira bem localizada. A actual lixeira foi espontaneamente escolhida e se encontra junto ao rio Kompswe. Existe um tractor pertencente à administração do distrito que faz a recolhe do lixo na praia e na via pública. Nas áreas onde não existe lixeira pública o lixo é enterrado ou queimado.

Não existe uma rede de esgotos, sendo os proprietários das casas responsáveis pela construção de fossas sépticas e drenos, tanto para águas negras como para águas brancas. Na Catembe não existe um sistema de drenagem das águas pluviais, razão pela qual estas escoam naturalmente e desordenadamente provocando erosão por onde passam, principalmente nas zonas de encosta oceânica e de pendentes acentuados (CMCM, 2001).

3.8 Abastecimento de água e energia eléctrica

As características tropicais da cidade de Maputo e arredores fazem do abastecimento em água potável uma tarefa muito importante sob o ponto de vista económico e social (Muchangos, 1994).

O serviço de abastecimento de água canalizada é realizado pela empresa Águas de Moçambique. O acesso a água canalizada é deficiente e constitui um problema para as famílias de baixo rendimento, pois estas não têm possibilidades de instalar e manter o funcionamento da canalização, e mesmo para as famílias com rendimento médio e alto não têm acesso a água canalizada todos os dias, mas sim em dias alternados, sendo assim alguns desses moradores criam condições para abertura de furos.

As famílias que não têm possibilidades de pagar a instalação e manutenção do acesso à água, captam-na do subsolo através de furos e poços públicos.

O serviço de abastecimento de energia eléctrica é efectuado pela empresa Electricidade de Moçambique (EDM) e abrange maioritariamente a área urbanizada com capacidades financeiras para a sua instalação e manutenção. Existe uma subestação que faz a distribuição da energia para os fogos, e abastece todos os bairros. As habitações que não possuem energia eléctrica são devido a falta de meios para pagar a sua montagem e manutenção.

A energia eléctrica usada é do tipo credelec. Para além desta fonte de energia é usada também petróleo, carvão vegetal e combustível lenhoso. O petróleo é usado para iluminação, enquanto que o carvão e o combustível lenhoso são usados para a confecção de alimentos.

3.9 Transportes e comunicações

O sistema viário é um factor determinante da morfologia urbana e da eficiência do layout urbano dos assentamentos humanos. Esse não só determina a forma de circulação de pessoas e mercadorias, mas também as rotas de pedestres e a sequência dos espaços de encontro casual e interacção social (Alcioly & Davidson, 1998).

Uma das principais estradas do distrito municipal da Catembe é a EN 201 de cerca de 40 km, que liga a área de estudo ao distrito de Matutuine. Esta via encontra-se em mau estado e intransitável (principalmente na época chuvosa). Uma outra via importante é a que parte da ponte cais à Vila da Marinha pelo Oeste. Dentro dos limites da área de estudo, pode-se observar que as ruas são de terra batida, e noutras notam-se “vestígios” de asfalto, pois de momento este já não existe na sua totalidade (no bairro do Guachene). Pode-se notar também a não existência de ruas de penetração no interior dos bairros existindo só atalhos e caminhos de pé posto.

Quanto aos transportes, embora escassos e em mau estado, existem ‘chapas 100’ que se distribuem por todos os bairros, não existe transportes públicos mas no passado existiram 2 machimbombos que operavam na área de estudo; o seu desaparecimento deve-se a falência por causa da má gestão. Existe também o transporte marítimo composto por 1 “ferry-boat” e 1 barco para mais de 30 passageiros operados pela empresa Transmarítima. O 1º garante o transporte de veículos e de passageiros de Maputo a Catembe e vice-versa e o 2º só de passageiros. Existem ainda embarcações privadas operadas pela empresa Mapapai com capacidade para 25 passageiros.

Na área urbana do distrito, há uma estação dos correios (avariada) e outra das Telecomunicações de Moçambique. Existem cerca de 20 linhas telefónicas a funcionar e está coberto pela rede de telefonia móvel, sendo possível a comunicação com qualquer lugar, quer no país, quer no estrangeiro.

3.10 Áreas de recreação

Na área de estudo não existem jardins públicos ou qualquer área de recreação e lazer. A arborização das vias públicas, estão entre o abandono e o desaparecimento. Existem algumas árvores nas áreas com características urbanas e encontram-se num estado avançado de degradação devido ao vandalismo da população (esta urina nas árvores) e falta de qualquer trato. Não há quaisquer sinais de replantio.

CAPÍTULO IV DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Serviços municipais

A Lei de Terras 19/97 de 1 de Outubro responsabiliza os conselhos executivos pelo planeamento das áreas urbanas referindo-se apenas aos planos de urbanização e não aos poderes de elaboração, aprovação e implementação (matéria que será regulada por Lei própria) o que enfraquece o processo do planeamento urbano (INPF, 1999).

A Lei 11/97 no seu artigo 24, pontos 1 e 2 remete às autarquias locais a competência de elaborar e aprovar os planos de ordenamento do território ou dos planos de estrutura, gerais e parciais de urbanização e os planos de pormenor, bem como delimitar, aprovar as áreas prioritárias de desenvolvimento urbano com referência aos planos nacionais e regionais e às políticas sectoriais de âmbito nacional (INPF, 1999).

Existe uma lacuna no que se refere aos instrumentos normativos referentes a metodologias e procedimentos adequados para o planeamento e gestão do solo. Não existe uma política nacional aprovada. Igualmente são inexistentes estratégias e programas de desenvolvimento urbano a longo prazo.

A debilidade no planeamento urbano nos conselhos municipais provém do facto de que a região de Lourenço Marques (actual Maputo e Matola) a actividade de planeamento ter estado desde os anos de 1969 a 1977 sob a responsabilidade do GUHARLM (Gabinete de Urbanização da Região de Lourenço Marques), um órgão autónomo e de 1977 até hoje ter passado para a batuta do INPF num processo com pouco diálogo, alguns planos produzidos, mas nenhum implementado (INPF, 1999).

Assim, os conselhos municipais nunca tiveram uma preocupação específica em se capacitar em matérias de planeamento, o que deverá ser considerado como prioridade nesta fase para responder à actual dinâmica de crescimento dos centros urbanos.

A incapacidade técnica, aliada ao oportunismo e irresponsabilidade das estruturas indicadas para gerir e controlar o uso do solo urbano, fizeram com que fossem praticados alguns procedimentos errados, destacando-se:

- Concessão de terrenos para habitação em áreas impróprias;
- Dupla atribuição de terrenos a duas ou mais pessoas, todas possuindo uma documentação “oficial” passada pelo conselho municipal;
- Atribuição de terrenos sem obedecer a critérios mínimos de urbanização, tais como distância das vias de acesso e de edifícios vizinhos, saneamento do meio, área mínima parcelada, dentre outros;
- “Legalização” de terrenos não aptos para construção de habitações.

Pelo facto de não existir um plano director municipal e um cadastro actualizado, a gestão urbana evidencia grandes dificuldades uma vez que a construção de habitações está sendo feita de forma desordenada, não obedecendo a um enquadramento na paisagem natural em termos de tipo de arquitectura que apresentam, orientação de moradias e distanciamento em relação aos arruamentos.

4.2 Posse de Terra

De acordo com CMCM (1999) “ *a terra para habitação própria é garantida pelo Estado. O processo de ordenamento e planificação física é exercido pelo Estado, podendo ser realizado por agentes privados em condições a regulamentar*”.

A concessão de terrenos e o licenciamento para construção na Cidade de Maputo é feita pela Direcção de Construção e Urbanização instituição que tem assim a seu cargo a gestão de terras e a construção (INPF, 1999).

Paralelamente, ao nível dos bairros, estruturas locais (grupos dinamizadores e chefes de quarteirão) e alguns topógrafos dos conselhos municipais procedem a demarcações extra planos e procedem à sua distribuição à revelia das direcções municipais (idem, 1999).

Na área de estudo, o acesso à terra é caracterizado pela coexistência dos sectores formal (via CMCM – DCU) e do sector informal de terras (estruturas do bairro e particulares). E existe ainda o acesso via herança, em que os beneficiários normalmente comercializam a quem estiver interessado.

O processo de atribuição de terrenos via sector formal é deficiente. Inicia com um pedido submetido ao chefe do quarteirão e este envia à administração do distrito, de seguida é remetido ao conselho municipal com a indicação do terreno preferido, que culmina com o despacho de concessão e da licença de construção depois de passar por diferentes sectores.

Segundo as estruturas locais, são reportados casos de sobreposição nas concessões dos terrenos originada pela ausência de um sistema de registo e cadastro. Não existe um registo cadastral actual de todas as demarcações de talhões, incluindo alguns planos parciais executados sob coordenação dos conselhos municipais.

A maior parte dos atalhoamentos não seguem uma planificação. Na maior parte dos casos os novos terrenos não são acompanhados de infra-estruturas mínimas. Esta situação apresenta-se com maior acuidade nas zonas de expansão habitacional, onde reduz a qualidade das novas zonas atribuídas quer para habitação quer para o desenvolvimento de outras actividades.

No interior dos bairros Inguide, Chamissava e Incassane, considerada área rural, as famílias possuem extensas porções de terra tendo estas sido herdadas pelos seus ancestrais. Existe ainda uma área que está sob tutela da administração local onde o pedido é feito junto a ela para respectiva regularização

Segundo as estruturas locais, existem ainda casos de conflitos entre o Estado e alguns moradores das áreas não parceladas, pois os referidos moradores ocuparam uma área reservada pelo Estado para um posterior ordenamento, onde algumas habitações terão que ser destruídas para o devido parcelamento e abertura de vias de acesso.

A desordem na ocupação do solo para construção de habitações pelo sector informal, e a comercialização da terra reflectem a fragilidade dos sistemas de planeamento, de cadastro e de registos reconhecidos pelo Estado. Por isso, os problemas de gestão do solo urbano derivam da fragilidade financeira e da falta de vontade do CMCM na implementação das regras e dos regulamentos de uso de solo.

De acordo com as estruturas locais, os valores de ocupação da terra subdividem-se em 3 períodos, nomeadamente:

- Antes da independência nacional: a terra valia entre 30 e 120 escudos;
- No período de 1975 a 1992 o seu valor era de 200.000,00 Mt a 300.000,00 Mt;
- Após a assinatura do Acordo Geral de Paz (1992) o preço da terra subiu assim como a sua procura. O seu valor era de 1.000.000,00 de Meticais dependendo do tamanho e sorte do requerente.

Os valores acima mencionados são efectuados pela aquisição formal (conselho municipal), que é considerada por muitos residentes a forma mais morosa. Enquanto que pela via informal a aquisição da terra é rápida e o preço é elevado dependendo da sua situação geográfica, dos bens que lá existem e da qualidade da própria terra.

4.3 Estrutura do uso do solo

Quanto a estrutura administrativa o distrito municipal da Catembe organiza-se em bairros e unidades habitacionais, onde pode-se encontrar solos com usos residenciais, comerciais,

serviços, equipamentos públicos, desporto e recreação, infra-estruturas, turismo, áreas de protecção, rios e lagoas e áreas com características rurais, consideradas suburbanas e/ou de expansão urbana (CMCM, 2001).

Tabela 5. Áreas segundo os diferentes tipos de uso do solo

Tipos de uso	Área (ha)	%
Residencial	513,0	26,5
Comércio e serviços	7,71	0,4
Equipamento público	55,81	2,9
Desporto e recreação	9,0	0,5
Infra-estruturas	29,47	1,5
Turismo	1,05	0,1
Áreas de protecção (zonas verdes)	99,0	5,1
Rios, lagoas e áreas húmidas	6,3	0,3
Zona militar	31,35	1,6
Área suburbana	1 184,7	61,1
TOTAL	1 937,4	100,0

Fonte: CMCM (2001).

A partir dos dados representados na tabela 6, pode-se concluir que a área residencial ocupa 26,5% do total da área do distrito. As áreas dedicadas ao equipamento público 2,9%, infra-estruturas 1,5%, comércio e serviços 0,4%, turismo 0,1%, apesar dos planos e programas do sector priorizar o turismo para a área da Catembe, desporto e recreação 0,5% e áreas de protecção 5,1%.

As áreas suburbanas com características rurais ocupam a maior parte da área com 61,1%. Em suma a área de estudo tem a grande parte do seu espaço físico, que corresponde mais do que a metade, por ser ordenado e/ou urbanizado

4.4 Formas de ocupação do espaço

No distrito municipal da Catembe, a *forma ordenada de ocupação do espaço* compreende a área costeira nos bairros Guachene e Chali e uma parte do bairro Incassane. É uma área cujo parcelamento foi feito na época colonial e é caracterizada por uma razoável cobertura de infra-estruturas sócio-económicas (mercado, escolas, unidades sanitárias,

postos de combustível, padarias e estâncias turísticas) e serviços urbanos. As construções são de material convencional do tipo moradias simples e algumas moradias de 2 a 3 andares, com água canalizada e energia eléctrica.

A forma desordenada de ocupação do espaço caracteriza-se por uma precariedade das condições de habitação e de salubridade e representam problemas tanto sob o ponto de vista ambiental como social. Esta situação verifica-se no interior dos bairros Guachene, Chali, uma parte do bairro Incassane e toda área dos bairros Chamissava e Inguide, e apresenta duas características distintas: uma com tendência a agrupada, apresentando apenas uma estrada principal, sem ruas, onde as habitações são construídas num sistema de autoconstrução, quer seja com uso de material precário (bloco, madeira e zinco) quer de material convencional; e outra apresenta uma dispersão com moradias construídas com material diverso (paus e caniço). A população residente nesta área, uma parte dela fixou-se durante a época colonial tendo se refugiado na área urbanizada durante a guerra civil e com o fim desta voltaram para as zonas de origem.

No entanto, actualmente tem se notado uma substituição gradual das habitações de caniço por habitações construídas com material convencional, mas sem o grau técnico exigido para as características físicas da área (Araújo, 1999).

4.5 Densificação da área urbana actual

Foi proposto pelo INPF (1999) o crescimento da cidade de forma radial, ao longo das principais vias de acesso já existentes (expansão radial).

A demanda de novas áreas seria atendida principalmente pela extensão da área urbana em direcção a Boane, Moamba, Marracuene e Catembe, permitindo uma melhor gestão do uso do solo. A abertura de novas áreas permitiria descongestionar algumas áreas excessivamente densas e possibilitaria atender a demanda de terrenos pela urbanização dos espaços ao longo das vias de transporte.

Também seria desenvolvida uma nova área habitacional em Catembe, usufruindo da sua proximidade ao centro metropolitano. Entretanto, a ocupação de Catembe foi considerada limitada à capacidade do transporte de passageiros e melhoria do sistema de “ferry-boat”. Não foi considerada economicamente viável a construção da ponte Matola-Catembe durante o período do plano.

De acordo com INPF (1999) a expansão em direcção à Catembe tinha vantagens e desvantagens, tais como:

Vantagens

- Localização aprazível, próximo da costa e dos principais centros de emprego de Maputo e Matola (porém, acessibilidade limitada pela capacidade dos “ferry-boat”, enquanto não for construída a ponte da Matola);
- Amplas áreas disponíveis à urbanização;
- Tendência a contribuir ao descongestionamento da área central (favorável à criação de um centro secundário).

Desvantagens

- Necessidade de aumentar a capacidade de transporte via “ferry-boat” (embarcações e pontos de atracação);
- Necessidade de construção de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

O plano de expansão da cidade em direcção à Catembe não foi aplicado devido à fraca capacidade financeira e institucional. Como consequência, a expansão urbana na Catembe é de forma desordenada.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

O presente trabalho procura fazer um diagnóstico da situação actual do distrito municipal da Catembe no que diz respeito ao Planeamento urbano.

A população residente dedica-se à pesca artesanal e semi-industrial e à agricultura de subsistência e desenvolve actividades complementares ao turismo.

Pelo facto de não existir um plano director actualizado, a gestão urbana evidencia grandes problemas. O distrito municipal da Catembe apresenta duas formas de ocupação do espaço: ordenada e desordenada. A ordenada ocupa a faixa costeira, nos bairros Guachene, Chali e uma parte do bairro de Incassane e a desordenada localiza-se no bairro Inguide e no interior dos bairros Guachene, Chali, Chamissava e Incassane. Na primeira, as habitações foram construídas no período antes da independência e a população residente ocupou essas habitações após o abandono dos seus respectivos proprietários. Na segunda (área desordenada), os habitantes adquiriram o espaço para a habitação de forma informal. Deste modo, pode-se afirmar que a construção de habitação nesta área está sendo feita de forma desordenada, não obedecendo a uma estrutura bem definida. A área desordenada é caracterizada por duas formas: dispersa, no interior dos bairros de Chamissava e Incassane e no bairro de Inguide e a agrupada, nos bairros Chali, Guachene e uma parte do bairro Incassane. Contudo, pode-se notar uma dispersão quanto mais se distancia do centro urbano.

Grande parte da população envolvida na expansão da Catembe é proveniente da Cidade de Maputo e distrito de Matutuine e uma parte da população nativa vendeu as suas casas e fixou-se na área desordenada.

A posse de terra é feita de 3 maneiras: pelo sector formal, sector informal e por herança. É usada na sua maioria para construção de habitações representando 26,5 % da área total.

Um outro problema identificado foi a deficiência no que concerne aos serviços de abastecimento de água, visto que este não está a acompanhar o ritmo de crescimento do distrito; deve-se portanto melhorar os serviços de fornecimento de água, e igualmente ser criado um espaço para tratamento do lixo urbano e promover a sua recolha, para que se evitem despejos junto às fontes de água.

É urgente melhorar as vias de acesso, ou seja, reabilitar as estradas, consertar as ruas da área urbanizada e organizar os acessos para a área com características rurais tão necessitada.

Na área de estudo não se verifica o cumprimento das regras básicas de urbanização, nomeadamente: as dimensões dos lotes, o saneamento e a drenagem, a distância entre as habitações, acesso da terra e a protecção do ambiente natural.

É necessário estabelecer normas de urbanização com vista a determinar as necessidades do uso do solo para o futuro, especificamente para a fixação do aumento da população. Na área de estudo nota-se que não existem neste momento normas estabelecidas claramente a nível do governo local. Apesar de terem sido elaborados guiões para a urbanização básica pelo INPF, e a subsequente elaboração de cadernos de uso de solo no fim da década 80, estas normas não têm sido implementadas.

Para uma prestação dos cuidados de saúde diferenciados no distrito municipal da Catembe, é imprescindível a reabilitação e reequipamento do centro e posto de saúde existentes e a construção de um hospital rural que poderá desempenhar um papel crucial no sistema de prestação de cuidados de saúde, servindo de referência na concessão de apoio técnico de nível primário, melhorar a credibilidade do sistema de saúde e permitir dar resposta às situações mais graves de utentes vindos de áreas rurais, aliviando desta forma a pressão sobre os hospitais José Macamo e Central do Maputo.

BIBLIOGRAFIA

ACNUR/PNUD (1997). *Perfis de Desenvolvimento Distrital: Província de Maputo*. Maputo, PNUD.

ALCIOLY, Cláudio; DAVIDSON, Forbes (1998). *Densidade Urbana: Um Instrumento de Planeamento e Gestão Urbana*. Rio de Janeiro, Mauad Editora.

AMARAL, Wanda do. (1999). *Guia para Apresentação de Teses, Dissertações, Trabalhos de Graduação*. 2ª Edição Revista. Maputo, Livraria Universitária, UEM.

ARAÚJO, Ana Rosa (2001). *Manual de Demografia para Estudantes de Medicina*. Maputo, CEP/Faculdade de Medicina, UEM.

ARAÚJO, Manuel G. M. (1997). *Geografia do Povoamento: Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos*. Maputo, Livraria Universitária.

BARCA, A. & SANTOS, T. (2000). *Geografia de Moçambique*. Maputo, INDE.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline (1997). *Geografia Urbana*. 2ª Edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CARTER, Harold (1981). *The Study of Urban Geography*. 3rd Edition. London: Edward Arnold (Publishers) Ltd.

CMLM (1970). *Boletim Municipal*. Organização das Secções Cultural e de Propaganda. Nº. 7. Lourenço Marques: CMLM.

CMCM (1999). *Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*. Relatório Final. Vol II e III. Maputo, CMCM.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA (1998). *Introdução ao Planeamento Urbano*. Textos de apoio. Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Maputo. UEM.

DNA (1986). *Carta Hidrogeológica de Moçambique*. Escala 1:1000000, Maputo, DNA
FERRO, Bernardino; BOUMAN Dick, (1987). *Notícia Explicativa da Carta hidrogeológica de Moçambique na Escala 1:1000000*. Maputo, DNA.

GOMES, José Osvaldo (1985). *Plano Director Municipal*. Coimbra, Coimbra Editora.

INE (1999). *II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997. Resultados Definitivos: Cidade de Maputo*. Maputo, INE.

INPF (1999). *Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo: Análise da Situação Urbana e opções de Desenvolvimento*. Vol.1. Maputo, INPF.

MAUSBACH, Hans (1977). *Urbanismo Contemporâneo. Análise dos Fundamentos do Planeamento Actual*. 3ª Edição. Lisboa, Editorial Presença.

MICOA (1996). *Moçambique*. Novembro de 1996, Maputo. (mimeo).

MINED (1986). *Atlas Geográfico*. Volume 1. 2ª Edição, revista e actualizada. Maputo, INDE.

MUCHANGOS, Aniceto dos (1994). *Cidade de Maputo: aspectos geográficos*. Maputo, Editora Escolar.

RIGOTTI, Giorgio (1967). *Urbanismo: La Composición*. 2ª Edição. Barcelona, Editorial Labor, S.A.

VALE, Maria de Lurdes do. (2000). *Bilene: Uma Abordagem Geográfica*. Maputo, Imprensa Universitária, UEM.

ANEXOS

ANEXO A

1 – Fotos dos tipos de habitação da área de estudo

2 – Fotos de construções espontâneas

3 – Fotos dos tipos de vias de acesso

1. Tipos de habitação

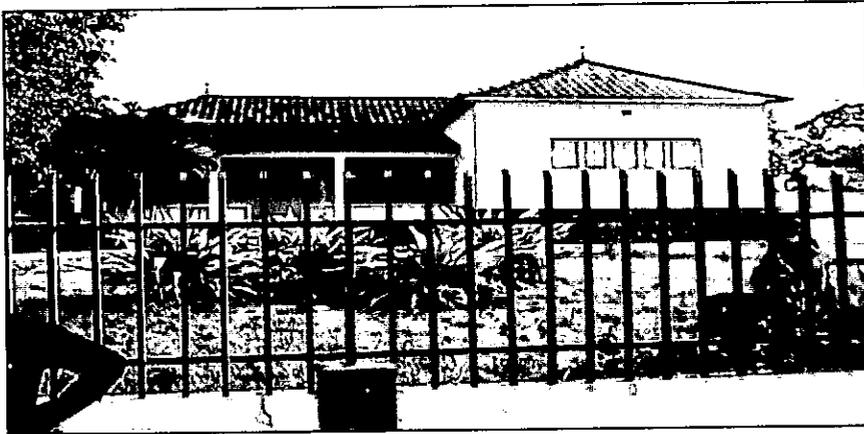


Foto 1. Área ordenada (bairro Chali)

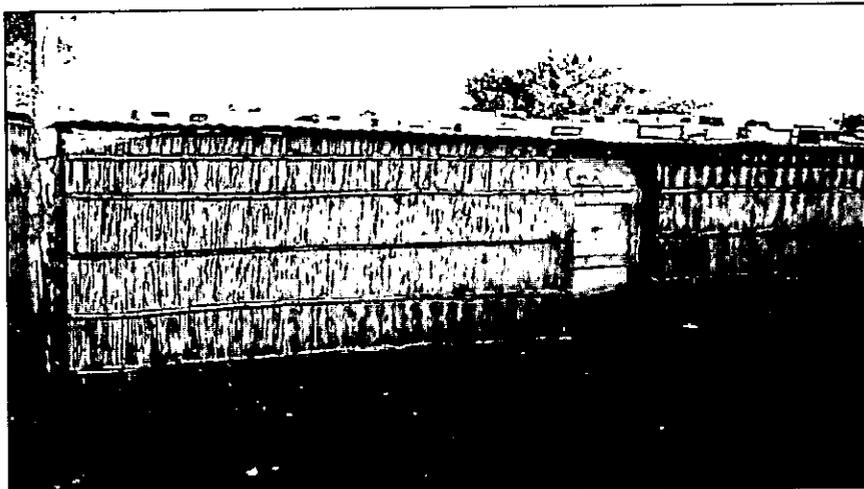


Foto 2. Área desordenada (bairro Chali)

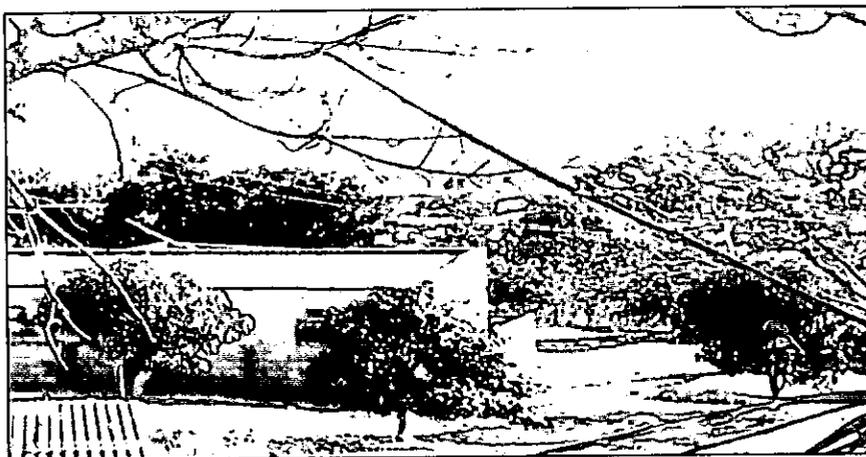


Foto 3. Área desordenada (bairro de Inguide)

2. Construção espontânea com mesmo tipo de vedação



Foto 4. Área desordenada (bairro do Incassane)



Foto 5. Área desordenada (bairro Chali)

3. Tipos de acesso



Foto 6. *Área ordenada (bairro do Guachene)*



Foto 7. *Área desordenada (bairro Chali)*

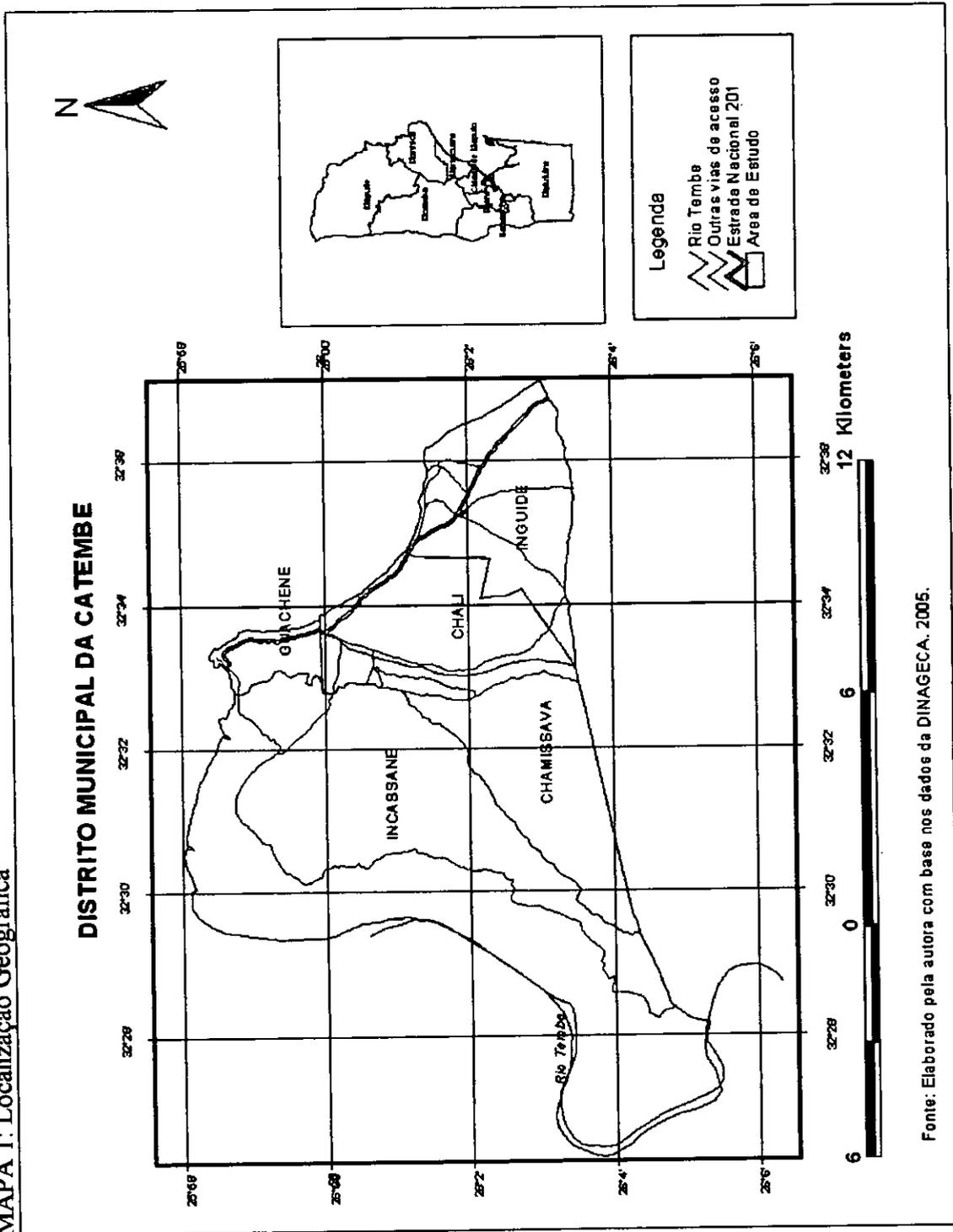


Foto 8. *Área ordenada (bairro Chali)*

ANEXO B

Mapas de localização geográfica e elementos estruturantes do distrito municipal da Catembe

MAPA 1: Localização Geográfica



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da DINAGECA, 2005.

Curriculum Vitae

Nome: Luísa Vanessa Teixeira Lopes
Data de Nascimento: 9 de Agosto de 1981
Local de Nascimento: Maputo
Nacionalidade: Moçambicana
Estado Civil: Solteira
Ocupação: Estudante
Línguas: Português (falado e escrito), Inglês (falado e escrito)
e Ronga (falado)
Outros conhecimentos: Arc View/GIS (produção de mapas) e SPSS
(estatística)
Telemóvel: 0822570720
E-mail: luvatelo@hotmail.com e luvatelo@yahoo.com.br

Qualificações Académicas e Outros Cursos

2005 4º Ano do Curso de Geografia, Desenvolvimento Regional e Ambiente, pela Universidade Eduardo Mondlane

Estagiária no Centro de Estudos da População da Universidade Eduardo Mondlane;

2001 Curso de informática na óptica do utilizador, nos ambientes Windows Millennium, Ms Word 2000, Ms Excel 2000 e Ms Power Point 2000, no qual possui um diploma;

1998 Efectuou o curso de inglês na Monitor International School, na qual possui um diploma;

Experiência Profissional

2005 Participou como supervisora no inquérito sobre “Atitudes em Relação a Democracia e Mercados em Moçambique”, no Centro de Estudos da População da UEM;

Trabalha como colaboradora do FNP (Fórum Natureza em Perigo – Endangered Wildlife Trust) em Maputo;

2004 Participou na elaboração do projecto “Impactos Ambientais Decorrentes da Actividade Turística em Inhambane (nas praias de Tofo, Barra e Tofinho), pelo NEPA (Núcleo de Estudantes Pró-Ambiente) ;

Participação na “Palestra sobre o Uso Sustentável da Água Potável” realizada no Museu da História Natural em Maputo, e organizada pela IUCN¹;

Participação na videoconferência sobre “World Bank Resources for Civil Society (CSO) ” organizada pelo Banco Mundial em Maputo;

2003 Participação na “Palestra sobre Impactos Sócio-económicos da Construção de Barragens (caso de Mepanda Uncua), realizada na

¹ International Union for Conservation Nature

Universidade Eduardo Mondlane e organizada pelo Museu da História Natural em Maputo;

Participou na elaboração do projecto sobre a "Gestão e Conservação dos Solos e Recursos Florestais na Catembe", pela Associação Sócio-cultural Akatembe;

2001 Participação no trabalho de campo organizado pela SASVO (Southern African Students Volunteers), na qual construiu-se uma Escola Primária na Província de Inhambane, Distrito de Jangamo;

Referência

- Professor Doutor Manuel G. Mendes de Araújo²

² Docente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane e director do CEP.